

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de março de 2022 - Ata n.º 14.

Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **14.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Encaminho ao nosso 1.º Secretário, para a leitura de duas mensagens que acabam de chegar aqui à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.ªs Deputados e Sr.ªs Deputadas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 7/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 74/2022**) que

institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; e Mensagem n.º 8/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 75/2022**), que altera dispositivos da Lei n.º 17480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - Paraná e o Programa Estadual de Informações Integradas; e da Lei n.º 19848, de 3 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeira oradora, Deputada Mabel Canto.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.ªs Deputados: Mabel Canto; Marcio Pacheco; e Luciana Rafagnin.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que estão nos assistindo. Senhor Presidente, hoje estamos apresentando um requerimento para a Secretaria de Estado da Educação acerca dos contratos de terceirização dos colégios, especificamente aqui do município de Ponta Grossa e região, porque chegou ao nosso conhecimento que a empresa Soluções está com o pagamento e também o vale-alimentação dos funcionários atrasados. E amanhã vai acontecer um protesto, uma paralização desses funcionários, que são da área administrativa, dos serviços gerais, que são as merendeiras, os inspetores, eles farão esse protesto, essa paralização amanhã, às 8 horas, em frente ao Núcleo Regional de Educação aqui de Ponta Grossa. Além do mais, esse contrato de terceirização termina no próximo dia 26 agora deste mês, e eles têm dois contratos nessa empresa, possuem dois contratos com o Estado, que juntos somam R\$ 55 milhões. Também queremos saber se as outras empresas que foram contratadas para realizar a terceirização dos funcionários dos colégios também se encontram nessa mesma situação, se estão adimplentes aí com os seus funcionários. Queremos saber também se o Governo do Estado vai renovar esses contratos para essas

terceirizações e se eles estão cientes então de que essa situação de não cumprir com as obrigações trabalhistas estão de fato acontecendo, tanto com essa empresa aqui de Ponta Grossa, a Soluções, quanto com outras empresas contratadas pelo Estado. Aproveitando esse assunto das terceirizações, gostaria de fazer uma cobrança aqui acerca de um expediente que enviamos ainda no dia 25 de novembro, que foi transformado em expediente, era um pedido de informações, sobre justamente questões relativas às terceirizações de serviços nos colégios. E o requerimento de hoje não vamos transformar para que a Liderança inclusive tente até segunda-feira trazer as informações, tanto desse requerimento do dia 25 de novembro quanto as informações sobre o que estamos solicitando aqui na data de hoje. Outro assunto que trago a esta tribuna também é em relação ao requerimento que protocolamos ainda na segunda-feira sobre a situação da atuação de milícias no Distrito do Socavão no município de Castro. O Sindicato Rural de Castro fez esse alerta sobre a atuação de milícias armadas nessa região. Temos em torno ali de 709 imóveis rurais, em torno de 2 mil famílias que estão sendo ameaçadas por essas milícias. São famílias que estão ocupando esse espaço, esses terrenos, há mais de 100 anos, de forma mansa, de forma pacífica, muitas inclusive têm o registro dos títulos imobiliários reconhecidos pelo Poder Judiciário. Essas áreas que estão em conflito, elas originalmente detinham três matrículas, depois foram sobrepostas em 14 matrículas desses produtores rurais, são mais de 11 mil alqueires que estão recebendo agora neste momento essa milícia. Inclusive há um inquérito civil em trâmite no Ministério Público da Comarca de Castro e se alega que essas matrículas são duvidosas e também teriam sido oferecidas em dação em pagamento ao Governo do Estado e foram rejeitas. A nossa preocupação é que haja confronto armado entre essas milícias e os produtores, esses que ocupam hoje a área ali do Socavão. Sabemos que a PM, a Polícia Civil, já estão no caso, mas queremos evitar uma guerra ali na região do Socavão. Estamos muito preocupados com a situação, porque essas famílias estão sendo realmente ameaçadas, estão dizendo que elas precisam se retirar da posse dos seus imóveis. Então, enviamos esse requerimento à Sesp para que tome as providências... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada, por favor, para concluir, um minuto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Para concluir, Sr. Presidente. Então, essa é a nossa preocupação, fica a nossa preocupação aqui com essas famílias, que têm o direito de estar na posse dessas terras, estão lá há mais de 100 anos, e que não podem então ser ameaçadas por essas milícias armadas. Pedimos com urgência a intervenção do Governo do Estado nessa questão. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, pelo PDT, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Boa tarde, Sr. Presidente. Senhor Presidente, quero apenas fazer um registro nesta tarde. Ontem tivemos uma reunião na Comissão de Saúde, onde a Secretaria da Saúde estava fazendo a prestação de contas quadrimestral ordinária, que a Sesa precisa fazer a esta Casa Legislativa, e tenho a honra de ser um dos membros da Comissão de Saúde. O Secretário da Saúde participou no começo, fez uma fala, e na sequência precisou se ausentar, e ficou o representando ele o Diretor, o Nestor, que apresentou brilhantemente os números da Secretaria. Foi uma reunião muito proveitosa. E ao final houve um questionamento, não me recordo agora de qual Deputado, sobre justamente essa discussão que está acontecendo na Assembleia sobre a questão do passaporte sanitário, essa discussão toda. E o Nestor, falando evidentemente em nome do Secretário e da Secretaria, disse que a Secretaria mantém essa postura altiva de capacidade que tem demonstrado, de muita competência no convencimento das pessoas para que promovam a vacinação em si mesmas e também naqueles que pretendem, nos seus filhos, de que não trabalham evidentemente com qualquer tese de imposição, que vai continuar trabalhando no convencimento. Isso foi muito claro, está registrado na fala do Diretor Nestor, representando a Secretaria da Saúde ontem na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Ocorre que depois da reunião, logo na sequência, fui chamado por inúmeras pessoas no meu *WhatsApp*, Presidente e Sr.^s Deputados,

com um arquivo, que na verdade não está assinado, mas consta o nome de três diretores da Secretaria da Saúde, se não me engano a Vera, a Cassia, não me recordo agora a terceira diretora que está constando, com um documento, que na verdade não obriga ninguém, mas faz uma recomendação no sentido de uma busca ativa, fazendo referência à Nota Técnica do Ministério da Saúde. E é evidente que a Nota Técnica do Ministério da Saúde é muito clara, tanto no item 1.1 quanto 9.1 diz que a vacinação está autorizada para crianças de 5 a 11 anos, mas que ela, em dois lugares, menciona de maneira muito, muito forte, dentre vírgulas, não é, que não é obrigatória. Portanto, não é possível se embasar na Nota Técnica para fazer qualquer tipo de procedimento que não seja de fato o convencimento e a orientação dos pais para que aconteça o processo de vacinação, até porque nessa mesma Nota Técnica, 9.2, no item 9.2 diz que para inclusive a vacinação de crianças de 5 a 11 anos há necessidade do consentimento dos pais. Então, essa Nota é muito clara e é uma Nota do Ministério da Saúde, que tem uma autoridade competente para estabelecer o formato em todo o País. Evidentemente que a Secretaria tem a sua autoridade, mas é claro que nos parece um pouco descompensatória essa, se é que é verdade, porque não está nem assinada a Nota, mas está circulando, talvez seja até uma *fake news*. Então, quero até pedir ao Líder do Governo que estude isso. Acredito que essa Nota, se for verdadeira, é completamente desnecessária, parece-me desarrazoada, e quase que contrapõe a fala do Diretor Nestor que a Secretaria continua trabalhando com essa tese da questão do convencimento. E jamais, de qualquer maneira, ainda que discreta, fazer a população ter essa impressão de que a Secretaria está querendo impor a vacinação porque fala que daí há necessidade de emissão de comprovante para que as pessoas possam comprovar nas matrículas. Existe uma lei estadual aqui no Paraná, primeiro de autoria do Deputado Doutor Batista, depois aprimorada pelo Deputado Tião Medeiros, mas que fala especificamente nas vacinas previstas no Plano Nacional de imunizações, não fala do Plano Nacional de operacionalização, que são as vacinas que estão sendo implementadas para o combate à Covid. Então, queria fazer esse registro, pedir ao Líder do Governo que faça esse estudo, verificar se

isso procede, se procede qual é o sentido dessa Nota, porque não me parece ser só uma Nota de convencimento, mas tem nas suas entrelinhas um entendimento que a população está entendendo que há ali um certo constrangimento, uma tentativa quase que de coerção, e não podemos aceitar isso, até porque estamos promovendo esse grande debate na Assembleia Legislativa. Então, as pessoas estão apavoradas, estão recebendo essa Nota... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir, por favor.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Que, como eu disse, Presidente, não é assinada pelo Secretário e não consta nem a assinatura dessas diretoras, conforme mencionei anteriormente, mas está circulando e temos que esclarecer isso para que não haja qualquer tipo de entendimento de que a população está sendo obrigada a ser submetida a um processo de vacinação forçada, obrigatória, que não é isso que prevê nem o Ministério da Saúde, nem a Lei 13.979, que faz todo o regramento dessa questão da vacinação. Era isso, Presidente. Quero pedir uma atenção especial do Líder do Governo para que pacifique a população paranaense que está aí um pouco angustiada, bastante angustiada, diga-se de passagem. Recebi de muita gente essa Nota aí, e isso não é bom para a Secretaria, que tem feito um trabalho tão bonito de convencimento, com a porcentagem de vacinação muito grande. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa da Vereadora Franciele, de Santo Antônio da Platina, por solicitação do Deputado Amaro. Seja bem-vinda. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Faço uso do expediente desse dia, Sr. Presidente, para aqui fazer um comentário de um requerimento que estou encaminhando para a Secretaria da Educação do nosso Estado do Paraná, solicitando algumas informações com relação ao PNAE. Senhor Presidente, já há um tempo vimos comentando nesta Casa de Leis do

momento difícil pelo qual passa a agricultura familiar, este momento da estiagem é um momento que muitos agricultores perderam praticamente toda a sua produção, de 50 até 80% da sua produção. Muitos agricultores têm colocado para nós a dificuldade, inclusive, de ter água para o consumo, água para o consumo dos animais. E temos pedido muito para que o Governo do Estado olhe com carinho para a pauta que foi entregue pelos movimentos sociais, pelas entidades da agricultura familiar que, na pauta, solicitam o apoio emergencial do Governo do Estado, que a pauta pede um socorro para a agricultura familiar e aqui volto a frisar que a agricultura familiar, além dos empregos gerados no campo, também é responsável por mais de 70% do alimento colocado na nossa mesa. E essa agricultura familiar pede para que o Governo olhe com carinho para poder continuar sobrevivendo no campo. E aqui quero falar do edital que foi lançado pela Fundepar, o Edital 1/2021, Sr. Presidente, no qual estamos falando, então, do alimento escolar, estamos falando do PNAE; no qual, então, esse edital colocou, classificou as cooperativas da agricultura familiar para que atendesse ao PNAE. Nessa classificação, foram colocados valores que seriam pagos para a produção, para os produtos comprados da agricultura familiar, e esses produtos, esses valores que foram colocados e quantidades, as cooperativas da agricultura familiar se organizaram para fazer a entrega diante do acordo, diante do compromisso feito junto à Fundepar. E a cooperativa repassou para os seus associados a quantidade que iria comprar de produtos e também os valores que seriam pagos. No entanto, ontem, a Fundepar encaminhou um documento às cooperativas colocando que esses produtos e, com certeza, daí esses valores também, caem os valores também, serão diminuídos, cortou a compra da produção do alimento escolar em muitos produtos até 50%. E aqui vamos falar assim de produtos, principalmente de 50% o corte ficou na questão da panificação e nos produtos de frutas do ano. É importante dizer que toda a produção que estava prevista para o Estado comprar – o PNAE, para a Fundepar comprar e distribuir, então, no programa do PNAE – esses produtos agricultores, conforme foi feito o acordo e lançado o Edital 1 da Fundepar, 1/2021, os agricultores se prepararam, se organizaram na produção para poder fazer essa entrega. Agora, com essa

questão, com esse corte que está havendo, isso é um golpe muito forte, um golpe muito grande para a nossa agricultura familiar. Os agricultores já vêm com problemas por causa da estiagem, já vêm enfrentando inúmeros problemas, inúmeros problemas por causa do alto custo da produção. E agora o Governo corta em torno de 50%, a média ficou 40%, mas produtos que chegam até 50% o corte da compra, isso vai enfraquecer muito a nossa agricultura familiar e falamos que o empobrecimento do campo é grande e, com essa medida, ainda mais. Queremos aqui pedir, Sr. Presidente, que se o Governo não consegue comprar todos esses produtos porque houve corte do recurso que vem do Governo Federal, estamos pedindo que o Governo do Estado coloque um aporte e faça essa compra e garanta a compra que já havia se comprometido junto às cooperativas da agricultura familiar, para que não tenhamos um prejuízo ainda maior dos nossos agricultores familiares, para que não tenhamos aqui um desânimo ainda maior dos nossos agricultores familiares, e, com isso, possamos garantir a sobrevivência e a permanência dos agricultores e agricultoras do campo. Solicito que o Governo do Estado assuma o restante desse recurso, assuma de comprar aquilo que havia se comprometido com os agricultores, coloque um aporte de recursos do... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Reforçando, aqui, Sr. Presidente, então, estamos pedindo que o Governo do Estado assuma esse compromisso que já havia tido com os agricultores, com as cooperativas da agricultura familiar, que o Governo coloque recursos para que não frustre ainda mais todo esse trabalho que já é feito pelas cooperativas, pelas entidades da agricultura familiar, porque precisamos, sim, salvar a agricultura familiar, precisamos salvar os agricultores que hoje colocaram todas as suas pequenas economias nessa produção e agora o Governo fala que não vai comprar os produtos das cooperativas, ou reduz em 50%. É importante que o Governo, sim, faça um aporte desse recurso e mantenha o que assumiu com as cooperativas. Mantenha esse acordo já assumido, no

início, quando lançado o edital, para que possamos ter a garantia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada, seu tempo encerrou. Registro a presença na Casa do Prefeito de Catanduvas, Professor Moisés, e dos Vereadores Alcidino, Leoci e Lindomar, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Sejam bem-vindos. No Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimento todos e todas ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão. Quero também aqui falar sobre o PNAE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que no Paraná está tendo problemas. Problemas por conta do pouco recurso que está chegando de Brasília. Está congelado o valor do repasse desde 2017; de lá pra cá tudo subiu e não aumentou o repasse. O Governo do Estado do Paraná não tem colocado recurso adicional. Este é o pedido, é a solicitação vinda das nossas cooperativas da agricultura familiar, mas, especialmente, vinda das escolas. Pais, mães, diretores, diretoras, estão solicitando que o Estado faça um aporte para somar-se com os recursos que são destinados pelo Governo Federal para manter, no mínimo, a mesma qualidade e a mesma quantidade de alimentos ofertados aos nossos estudantes. O Governador Ratinho Junior, quando candidato, prometeu ampliar o número de refeições. Ele propôs que no seu Governo teríamos, nas escolas, pelo menos três refeições – não está tendo adequadamente nem uma refeição! E aí, a Secretaria da Educação, com o Instituto Fundepar, precisa, com urgência, rever esta proposta que reduz, reduz a aquisição de alimentos: de frutas, de grãos, de panificados. Reduz, começa com uma redução de 17% em determinados produtos, mas chega a mais de 50% em determinados produtos. Isso é um absurdo! O valor previsto para alimentação escolar da rede estadual este ano seria de mais de R\$ 160 milhões. Estão fazendo um corte para 120 milhões. Isso

é insuficiente! Por isso o Governador precisa agir com rapidez, porque já promoveu prejuízo para os estudantes e já promoveu prejuízo também para a agricultura familiar no Estado do Paraná. Então, é inadmissível, quero aqui mais uma vez fazer um apelo ao Governador. Já estivemos com as entidades reunidas mais do que uma vez no Instituto Fundepar e também na Secretaria de Estado da Agricultura. É preciso encontrar a solução. No Orçamento deste ano, tem uma emenda da nossa autoria para pôr recursos do Estado na alimentação escolar. O Estado pode e deve complementar aquilo que vem de Brasília. E mais uma vez cobrar também, o Governador precisa ajudar a cobrar o Presidente da República, que congelou, e desde 2017 repassa o mesmo valor, que é 36 centavos por criança, por dia. Sabemos que isto é insuficiente. Tudo aumentou, precisa corrigir o valor do repasse também pelo Governo Federal. Mas aí o Governador que tem uma relação de amizade e é apoiador do Presidente da República, pode e deve cobrar o Presidente da República nesse sentido. Quero também aqui, Sr. Presidente, ainda tratando da educação, cobrar mais uma vez que o Governador suspenda as terceirizações dos contratos para funcionários de escolas. Não deu certo, ficou mais caro para o Estado, tem menos funcionários e ainda recebem um salário menor. E pior, não recebem em dia, salários atrasados. Por isso está tendo protesto periodicamente no Estado do Paraná em diferentes regiões. Funcionários paralisando e pedindo para receber pelo menos o salário do mês. Está errada esta terceirização. Essas 13 empresas, que pegam o dinheiro público, estão tendo lucro para contratar funcionário e ceder para a escola. O Estado pode contratar diretamente, não precisa de intermediário, não precisa encher o bolso desses empresários. Já estamos cansados com essas terceirizações, essas 13 empresas não dão conta e sabíamos que não dariam. E o Governo cometeu esse erro, mas pode corrigir e pode corrigir com rapidez. Também quero aqui, ainda da educação, fazer um apelo ao Governador para que não atenda a um pleito do secretário para demitir um professor da rede estadual, o Professor Cristiano, de Colombo, que em maio de 2021, quando todos os hospitais estavam lotados e a Covid estava fazendo muitas vítimas, inclusive houve morte de professores, diretores de escolas, de estudantes no município de Colombo, o professor, lá em Colombo, foi

convocado com os colegas e os estudantes em maio de 2021 para a aula presencial. E no primeiro dia o Secretário foi à escola e aí o professor Cristiano estava lá e teve um surto. E reclamou, se contrapôs ao Secretário dizendo que ainda não tinha nenhum professor vacinado, nenhum estudante e que tinha muito medo de ser morto pela covid, que não era momento, enfim, ele teve um surto, indignado. O Secretário então determinou a abertura de um processo administrativo que resultou, agora, com um pedido do Secretário de demissão, do professor. Esse professor é Doutor em Letras, com um trabalho prestado e publicado fora do Brasil. na Polônia, é em Portugal. É um professor muito eficiente, nunca teve um problema com estudante e nem com os colegas, estava passando por depressão, inclusive, naquele período e aí teve um momento que surtou e por isso fez uma carta ao Secretário pedindo perdão, mas o Secretário não considerou e quer a demissão do professor. Está na Casa Civil o pedido para que o Governador demita o professor. Não podemos concordar com isso. Então, estamos pedindo o apoio de todos os Deputados e Deputadas, para que o Governador acolha o pleito que estamos fazendo, que não demita o professor. Não é caso de demissão. Pode inclusive usar outra penalidade. Tem outras penalidades, se o Secretário não quiser perdoar o professor, mas a demissão é muito pesada, é desproporcional ao que aconteceu e não pode ser assim. Então, estamos solicitando ao Governador que não proceda a demissão do professor, porque evidentemente já tiveram outros casos de demissão no Estado e que a Justiça reparou. E não precisa chegar a esse ponto de ter que ir à Justiça, para que a Justiça reconduza o professor, porque os alunos serão privados do trabalho bom... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Do trabalho bom que esse professor presta ao Estado do Paraná e aos estudantes. Então, fica aqui o nosso apelo ao Governador, para que acolha o pedido de perdão do professor e não faça a demissão. Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui também mais uma vez dar voz

à luta dos nossos policiais e bombeiros militares, que estão em mobilização no Estado do Paraná por uma causa muito justa, querem a reparação de um direito que tinham. Os soldados, por exemplo, recebiam, até 2012, 33% do salário de um coronel e as demais patentes também tinham um percentual maior, os Praças. Isso foi alterado quando foi implementada aqui na Assembleia uma lei aprovada aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O seu tempo encerrou. Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Só para concluir, vou voltar a esse tema na segunda-feira, mas dizer que os policiais estão cobertos de razão e o Governo precisa corrigir essa tabela, mas na segunda-feira falaremos com mais tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pela Liderança do PSL.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PSL); Galo (PODE); Michele Caputo (PSDB); Arilson Chiorato (Oposição); e Gugu Bueno (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Primeiramente, queria dar uma sugestão ao Partido dos Trabalhadores, ao PT, que fizesse no mínimo um elogio, um agradecimento ao Presidente Bolsonaro, que concedeu em janeiro o maior aumento do piso salarial dos professores da educação básica, de 33,24%. É interessante que não vi a APP-Sindicato se manifestar, elogiar, agradecer, o aumento que foi o maior de todos os governos, que foi neste Governo Bolsonaro, Governo de direita, Governo conservador, que tanta a esquerda critica. Então, temos que ser coerentes, quando é para elogiar, elogia, quando for para criticar, critique. Acho que a categoria dos professores está feliz e contente com o nosso Presidente Jair Bolsonaro. Encerrando o assunto aqui, sei que o colega, o Deputado Pacheco, já

havia citado esse documento, que na verdade é uma circular, um memorando de n.º 71/2022, da Secretaria da Saúde, datado de 3 de março de 2022. Esse memorando faz aqui, diretamente, está obrigando a vacinação em crianças, porque diz que para matricular vão exigir a comprovação de vacina. Fazem uma confusão danada porque eles citam aqui uma lei aprovada nesta Casa, a Lei 19.534, de 4 de julho de 2018, que obriga a vacinação. Porém, obriga as vacinações do PNI, as vacinas do PNI, que não tem do Covid. Tem BCG, tem febre amarela, contra hepatite, tríplice bacteriana, várias vacinas, mas não tem vacina da Covid. Admira-me muito a Secretaria da Saúde errar em um memorando desse e confundir as leis. Como está muito baixa a vacinação em crianças, então, seria importante esse memorando, para que as escolas busquem as crianças que não se vacinaram, para chamar para a vacinação e quando forem fazer a matrícula apresentarem o comprovante. Então, estão exigindo sim a vacinação, porque pelo que entendi, sem o comprovante da vacina do Covid não serão matriculadas. Isso aqui é um verdadeiro absurdo. Enquanto o mundo já parou de obrigar as pessoas a se vacinarem, principalmente, crianças e jovens saudáveis, a maioria dos países suspendeu a vacinação, porque essa nova variante Ômicron não está tendo nenhum perigo a essa faixa etária e nem em adultos também está tendo perigo. Então, a maioria dos países coerentes está suspendendo a vacinação neste momento e se piorar a pandemia e quiserem voltar, tudo bem, mas não é o caso. Fica aqui essa crítica construtiva à Secretaria da Saúde. Acho que a Secretaria tem tantas coisas importantes a trabalhar ainda, a favor da saúde e do bem-estar do paranaense, do que ficar se preocupando com vacina, se já não bastasse, volto a repetir, fui um Deputado nesta Casa que ficou dois anos lutando para que fosse implantado o tratamento imediato, que salvou milhões de vidas no Brasil e no mundo todo. Fiz três reuniões com o Governador, que estavam presentes o Secretário da Saúde Beto Preto, o Governador e os médicos, virtualmente, com os médicos explicando a importância e a eficácia. O Governador concordou, infelizmente no Paraná não foi colocado isso aqui em prática, o que lamento muito, pois poderíamos ter evitado as milhares de mortes ou internações em UTIs se tivessem dado o tal tratamento imediato. Qualquer

doença quando é pega no início, é mais fácil de resolver. Agora, no Covid, resolveram mudar a regra: vamos esperar uma semana e ver se piora. Isso é uma barbaridade e lamento demais não ter conseguido aprovar esse protocolo aqui no Paraná. Fica aí essa minha crítica, esse meu desabafo, porque a população do Paraná, na grande parte que nos procurou, pedia para que forçássemos o Governo a adotar essas medidas, que eram preventivas, para evitar uma internação, uma UTI, mas infelizmente aqui não foi feito. Sei que a Secretaria da Saúde teve um papel importante na pandemia, acertou muito, mas errou também. Então, valem os elogios e valem as críticas. Aqui, temos que saber receber elogios e críticas. Tenho quatro minutos restantes ainda, mas vou finalizar a minha fala. O recado mais importante que queria ter dado era esse aqui dessa circular da Sesa. Vou pedir que retirem essa circular que está errada, está prejudicando e está deixando os pais totalmente preocupados, porque uma boa parte dos pais não quer vacinar os filhos, Deputado Traiano. Presidente, é um direito do pai, da mãe, escolher o que o filho vai tomar, isso é fato. Por essa razão, que estamos aqui próximos a votar, em Plenário, o Projeto de Lei que proíbe o passaporte de vacinas. Isso realmente vai dar uma tranquilidade à população paranaense, que em sua grande maioria é contra esse passaporte inútil e arbitrário, que só prejudica, só tira a liberdade das pessoas. Então, não podemos permitir isso. Para finalizar o assunto, fiz um Projeto de Lei aqui para desobrigar as crianças a usarem máscaras. Tem criança desmaiando, passando mal, por falta de oxigênio, devido as máscaras. Incluir, tem um projeto de lei do Deputado Amaro, o qual pedi para ser relator, para desobrigar também a população em geral a não usar mais máscaras, nem em lugar aberto e nem lugar fechado. Acabou, o mundo já acordou e temos que acordar também. É o que repito, deixe o viés ideológico para lá e vamos seguir em frente. O Brasil precisa das pessoas com vidas normais. Mas tive uma informação de que o Governador, o nosso Governador Ratinho Junior, se sensibilizou e nos próximos dias vai fazer um decreto, que vai desobrigar o uso dessa máscara, que tanto já ter perturbado aqui a vida dos brasileiros. Já deu, não é gente, já usamos muito tempo as máscaras. Chega!

Vamos levar, seguir a vida em frente. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Governador Ratinho, hoje pela manhã, já em uma coletiva, anunciou que vai encaminhar à Assembleia, talvez hoje ou no máximo até amanhã, um Projeto propondo que a lei que fixa a obrigatoriedade das máscaras seja revogada. E, na sequência, se novas variantes surgirem, por decreto, ele regulamenta o uso de máscara no futuro. Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente Traiano, membros da Mesa Diretora, Deputadas e Deputados. Alô, turma da *TV Assembleia*, salve a todos. Pois bem, quero dar uma satisfação neste momento e quando dou uma satisfação faço um agradecimento. Vou me dirigir neste momento ao povo do litoral, Hospital Regional de Paranaguá. Senão, vejamos, aproximadamente há dois anos e meio, Sr. Líder do Governo que está em exercício, hoje, meu querido Gugu, aliás, muito competente, espero vê-lo outras vezes, apresentei uma emenda que o Governo acatou, no valor de 2 milhões e 250, isso faz dois anos. Na ocasião, uma ambulância Alfa, que no nível de ambulâncias, ela é a segunda mais importante e apresentei também a sugestão da compra de um raio x digital e um tomógrafo. Vocês sabem o que o tomógrafo faz? Pois é, tomografia. O atual tomógrafo que tem no Hospital Regional de Paranaguá, o paciente entra lá dentro e de repente a *lâmpada, plu, tu, tu, tu, tu, tic, tic, tic, tic*, o *cabra* se assusta e ele para, no momento da tomografia, Sr. Presidente. Isso é muito sério. Bem, sobe e desce, conversa com o Hussein Bakri, conversa com o Gugu, liga para o Presidente Traiano, fala com um, com outro. Finalmente, chega o tomógrafo do Porto de Vitória, lá longe. Recebi a ligação do meu querido Ian, esse é um anjo que tem lá na Secretaria da Saúde, muito competente, muito amigo, um queridão, ele. O Beto Preto é difícil atender telefone. Agora, o Ian atende. O Ian é *cabra* bom, gosto dele. Mas, vamos para frente, Sr. Presidente, porque a coisa aqui é um pouquinho longa, mas vou resumir essa parte. O Presidente Traiano, em certa ocasião, disse em um pronunciamento que a saúde é um bem necessário, mas é obrigação de

todo dirigente. Estávamos em um evento no Palácio do Governo, aproximadamente há um ano e três meses, Vossa Excelência talvez não lembre, porque faz muitos pronunciamentos importantes. Nesse dia, o Traiano, Presidente, falou: “A saúde é um bem importante para todos nós e é uma obrigação que precisamos atender à população.” Pois bem, se um homem da envergadura do Traiano tem essa consciência, é óbvio que o Governador também tem. É óbvio que o Secretário da Saúde, que é médico, tem que ter. Todos aqui temos essa consciência! E aí esse tomógrafo está já lá em Paranaguá, mas, neste momento, esse tomógrafo está dentro de um caixote, esperando há um ano para ser instalado. O que aconteceu? Liguei hoje pela manhã para o Líder, Sr.^{as} e Sr.^s, Hussein Bakri, que me disse às 7 horas: *Retorno*. Aí que mostro a importância de termos um Líder com vontade e disposição de trabalhar, não pelo Deputado Galo, mas pelo povo, porque o povo é que precisa. Por volta de dez para as nove, o Hussein Bakri mandou assim: *Vão te retornar. Aguarde*. Às 9h45 o Dr. César... Estou procurando aqui o horário. Às 9h45, o Dr. César, da Sesa. Às 9h45! Tocou o telefone. O meu faz assim: *Tu, tu, tu, tu, tu, tu, tu, tu*. Ele até pula na mesa! Peguei o bruto, atendi, falei: *Alô*. Falaram: *Deputado Galo, aqui é o Dr. César, da Secretaria da Saúde*. Falei: *Olá, Dr., muito prazer em ouvi-lo. Folgo em ouvi-lo*. Aí o Dr. César deu a boa notícia: *Deputado, fui informado do tomógrafo e não sabia que o tomógrafo...* Olhem só, senhoras e senhores! Ele não sabia que existia um dos mais modernos tomógrafos do País dentro de um caixote que vai daqui até lá o cinegrafista, que é um cabra competente, ganha bem, nem sempre! Rapaz, ele não sabia que dentro um caixote, lá no Hospital Regional de Paranaguá, para atender a todo o litoral, está lá dentro! E na hora em que o povo faz a licença, sabem o que acontece? A água vai molhando o caixote. Quanto é que custou? Um milhão, novecentos e oitenta mil reais que o Governador liberou! Há dois anos o Governador autorizou o pagamento, gente! Alô! Mas, por que o tomógrafo está lá parado? Pois é! Aí, então, o Galo fez o seu *cocorococó*, meu cacarejado de manhã cedo para o Hussein e o Hussein agiu. Conversei logo na sequência, nesse intervalo, quem é que entra na parada? O competentíssimo... Não sabia que ele tinha essa maneira de trabalhar, Presidente Traiano! O Ortega. Porque o

Ortega tem uma fala mansa, não é! Ele fala: *Tudo bem aí, Galo? O que está havendo?* Dá a impressão de que ele não vai fazer, mas, aí a coisa andou! O Ortega, com aquela mansidão dele, faz a coisa andar! Se o Ortega tocar o bumbo, o Governo anda; se o Ortega fizer como está fazendo até agora, aí repito aquilo que o Presidente Traiano falou naquele dia em que o senhor bateu duro em nome dos Deputados e em nome do povo, quando V.Ex.^a disse ao Ortega: “Ortega, a coisa não está boa, não! Está tudo parado nas Secretarias. Faça esse negócio andar.” O Presidente Traiano que cobrou, ele puxou a fila. Pois bem, temos aqui um legítimo representante do povo também, que é o Presidente Traiano. Então, Dr. Turini, V.Ex.^a que é médico, o senhor sabe o que é bom para o povo, o tal do tomógrafo. Doutor Turini, custou quase 2 milhões. É considerado pelos médicos um dos mais modernos do mundo! E dentro de um caixote, parado! Agora vai. Quando o Ortega disse assim: “Então, Galo, não sabia que estava acontecendo isso aí, não! Vou mexer agora aqui e já vou ver. Tchau, Galo!” Dá a impressão de que ele não vai fazer, não é! Dá a impressão de que ele vai para casa e vai descansar. Rapaz, mexeu com o mundo! Rapidinho, liga para cá, liga para lá, atenção, segurou, apontou, vai lá, vamos embora! Não vai dar tempo nem de a Oposição cobrar, viu Arilson! Nem vocês vão cobrar por que está parado lá o tomógrafo, meu querido Arilson. Então, senhoras e senhores, finalizando, a notícia do Dr. César foi o seguinte. Quero agradecer ao Presidente Traiano, que participou firme em toda essa ação do tomógrafo, agradecer ao meu Líder Hussein Bakri. Hussein, você não pode sair daqui, homem! E ao Ortega. O Ortega: *Isso é muito bom, viu, Ortega! Gostei que você entrou lá, falou e tudo deu certo.* E Dr. César. Então, tem um time forte aí. Agora o tomógrafo sai do caixote e vai substituir uma mercadoria de um tomógrafo que todas as vezes que eles ligam, ele treme, a luz apaga, acende, o cara bate na caixa: *Funciona! O cabra está morrendo, funciona! O que é isso, Doutor? Não é nada, não. É o tomógrafo.* O médico tira o sapato e bate: *Funciona, funciona.* Ei! Um tomógrafo de R\$ 2 milhões dentro de um caixote! Mas agora, senhoras e senhores, que bom, o tomógrafo vai sair, vai funcionar, vai fazer tomografia, Dr. Turini, o senhor que entende o que ele faz, que ele vê a veia da veia da veia! É muito moderno! Veio

do Japão! Achei até que estava vindo de jegue pelo Japão, o jegue em cima da água, mergulhava, subia e voltava, porque demorou tanto! Mas, chegou. Então, confio plenamente nesses homens que estão a par deste assunto e vou jogar um pedaço para quem? Para o Presidente Traiano. Vou jogar outro pedaço para o Hussein. Vamos dividir em quatro: Presidente Traiano, Hussein Bakri, Ortega e Dr. César. Agora a coisa... Atenção, meu povo do litoral, senhoras e senhores, o tomógrafo que o Governador liberou há dois anos, com uma emenda do Deputado Galo, 2 milhões e 250, vai sair. Senhor Presidente, vida longa! Um ótimo final de semana. Folgo em vê-lo sempre com essa vontade, essa altivez de nos comandar! Vamos mudar tudo aí para o senhor continuar sendo Presidente enquanto o senhor quiser. E essa gravata na base do tom rosa o deixa com uma jovialidade imensa. Bom final de semana, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esse é o Deputado Galo! Acho que ele incorporou, no dia de hoje, de forma bem mais ousada e elegante, o falecido Alborghetti. Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas e Deputados e todos aqueles que nos acompanham pelas mídias da Assembleia Legislativa do Paraná. Faço uso da palavra hoje para agradecer ao povo paranaense, ao povo brasileiro, os gestores da saúde, tanto estadual quando municipais, a imensa maioria deste nosso querido povo brasileiro que acreditou no SUS, que acreditou na vacina, que teve atitudes cidadãs, teve entendimento de que esta pandemia só será vencida e estamos vencendo fazendo a coisa certa. Em que pese termos um percentual pequeno, mas barulhento de movimento antivacina, o que também não é novo, tentaram matar o Osvaldo Cruz lá atrás, então imaginem o que não fazem! É gente que não acredita na ciência, gente que acredita em *fake news*, gente que coloca em dúvida a agência regulatória chamada Anvisa. E, apesar de todos esses ruídos, temos um percentual de cobertura vacinal muito importante, em que pese a necessidade – a minha fala vem em torno disso – de fortalecermos essa terceira dose de reforço e também fortalecermos outras faixas etárias onde já temos autorização para uso da vacina

pela Anvisa. Tem também uma discussão e muitos estados e municípios já estão flexibilizando, que é com relação ao uso da máscara. Também entendo que em locais abertos, com os percentuais adequados de vacina e com a decisão sendo tomada com base em dados epidemiológicos, com base em dados sanitários e não com base em movimentos de rede social, cujos interesses sabemos quais bem são, e conversando com o Líder hoje por *Whats* tenho certeza, existe uma expectativa que talvez no Paraná até sexta-feira tenhamos uma decisão semelhante à que outros estados já estão tomando, sei também que esta discussão também está sendo conduzida aqui no município de Curitiba e em outros municípios e é importante. É importante que essas decisões de flexibilização sejam sempre tomadas pelas autoridades sanitárias, que vão levar em conta tudo o que do ponto de vista da saúde coletiva precisa ser considerado. Então, respeito muito as autoridades sanitárias constituídas no Paraná, o gestor federal, o gestor estadual e os gestores municipais, respeito e me somo a essa necessidade de iniciar esse processo de flexibilização com base nos dados sanitários. Mas é importante também que todos continuemos a estimular pelas nossas mídias e por meio da Assembleia Legislativa, Presidente Traiano, que as pessoas evitem sempre que possível aglomerações, que continuem, incorporem o hábito de usar álcool em gel, de lavar as mãos com água e sabão, de ter procedimentos cidadãos, porque, independentemente da questão do coronavírus e da Covid-19, temos uma série de vírus e bactérias que são transmitidos e que estão aí neste nosso dia a dia. Então, esses hábitos saudáveis, esses hábitos são extremamente importantes, tanto para a saúde individual quanto para a saúde coletiva. Então, queria aproveitar hoje e colocar esta discussão, porque é importante tirar esta discussão das *fake news*, é importante tirar esta discussão de *blogs*, é importante que essa definição do que fazer com relação à condução da pandemia seja feita por quem conduziu o enfrentamento da pandemia no momento mais difícil, porque naquele momento mais difícil da pandemia muito pouca gente veio falar em flexibilizar as coisas porque sabia que não tinha a menor lógica e nem o menor cabimento. Então, quem teve a responsabilidade, as autoridades sanitárias do Brasil, do Paraná, de Curitiba e de todos os municípios

que enfrentaram uma série de interesses, mas se mantiveram firmes, tomando as medidas que precisavam tomar mesmo sabendo dos impactos que teriam sobre a economia e sobre a questão social e que se mostrou extremamente acertada, porque se hoje temos uma redução drástica na mortalidade não é porque o problema já passou, é porque tivemos as vacinas, tivemos lá no início a CoronaVac do Butantan, depois tivemos a AstraZeneca, na parceria com a Fiocruz ligada ao Governo Federal, tivemos outras vacinas que foram incorporadas e autorizadas, como a da Pfizer e da Jansen. Então, tudo isso é extremamente importante. É importante que aprendamos com as dificuldades que passamos, que demonstremos empatia pelos quase 700 mil brasileiros que morreram, que tratemos os sequelados da Covid, porque é uma legião de milhares de pessoas, e que aprendamos que precisamos de soberania, precisamos de soberania com oxigênio, com equipamentos de urgência e emergência, com medicamentos do *kit* intubação, precisamos de independência também no setor de vacinas, precisamos aprender com tudo isso. Um abraço. Boa tarde, bom trabalho a todos e boa semana!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Lobato, Sr.^s Maicon, Jairo Gomes e Aparecido de Carvalho, por solicitação dos Deputados Tiago Amaral e Douglas Fabrício; e também do Presidente da Câmara de Umuarama, Sr. Fernando Galmassi, por solicitação do Deputado Delegado Fernando; e dos Vereadores de Iguaçu, José Maria da Silva e Hélio Arantes, por solicitação do Deputado Tião Medeiros. Sejam bem-vindos. Vamos à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Ademar Traiano, nobres colegas e colegas que nos acompanham pela Sessão, público que nos assiste pelas redes sociais e pela *TV Assembleia*. Assumi ontem a Liderança da Oposição aqui na Casa e por conta da Audiência Pública sobre a saúde, um tema relevante, acabei não fazendo o pronunciamento que queria e estou usando este espaço aqui hoje para fazê-lo. Primeiro quero saudar o Deputado Lemos, Deputado que me antecedia na condução da Liderança da Oposição, parabenizá-lo pelo trabalho

que desenvolveu, e dizer que pretendemos avançar aqui na Oposição nas tratativas das coisas importantes para o povo paranaense. Como colocado por mim algumas vezes, a Oposição tem um papel importante na vida da democracia e, principalmente, de um Parlamento. A Oposição precisa ser construída de forma crítica, mas, principalmente, de forma construtiva. A atribuição primeira e mais importante no Parlamento é ser espaço de debate, de temas da sociedade e fiscalização do Poder Executivo. O Parlamento é um espaço de debate político. Por isso, aquela argumentação: *Cuidado! Não vamos politizar o assunto*. Todo o assunto no Parlamento precisa ser politizado. Primeiro, porque aqui é uma Casa política. É a política e os votos que os Deputados dão os projetos da Assembleia Legislativa que fazem o Paraná avançar ou até regredir, que fazem o Estado ser melhor ou pior, uma economia mais forte ou mais fraca, com políticas sociais robustas, com a população satisfeita ou insatisfeita. O voto dos Parlamentares aqui nesta Casa tem consequências reais na vida da população. Quando clicamos aqui no botão verde “*sim*” ou no outro botãozinho “*não*” ou na abstenção, estamos modificando a vida de alguém, seja por um bom motivo ou por uma boa intenção ou, às vezes, por questões de ideologia etc. Todo voto aqui dentro tem interferência, e toda interferência precisa ser auferida, medida e objeto de *feedback*, objeto de sempre avaliação do que está acontecendo. Às vezes, muitas pessoas não conseguem enxergar e muitas pessoas não discutem isso, a importância que tem o Poder Legislativo, a grandeza deste Poder que faz as Leis, que as Leis norteiam uma sociedade. O Poder Legislativo não pode se apeguar, e muitas vezes ou, aliás, todas as vezes, nunca pode ser subordinado ao Governo, é um poder independente. Tem aqui os Vereadores que acompanham a Sessão conosco, tem aqui o meu amigo Helio, Vereador de Iguaçu. Hoje, por exemplo, Helio, será votado aqui o empréstimo para construção da rodovia, da duplicação da rodovia de Maringá a Iguaçu, um tema que não é do Governo, um tema que é do povo paranaense. Não é da Oposição. E esta distinção, este entendimento precisa sempre ser feito. A Oposição assume naturalmente a essência do Parlamento, que é olhar com criticidade as ações do Governo do Estado. Por isso, toda vez que ela é feita de forma construtiva, ela tem êxito.

Existem modelos de oposição: oposição construtiva e oposição destrutiva. Lembramos, em um passado recente, a oposição destrutiva que teve, capitaneada pelo Eduardo Cunha, à democracia do País, e um golpe à primeira mulher eleita Presidente. Um canalha que usou do Parlamento para transformar o País, ajudar com outros fazer o que foi feito, nasceu dentro de um Parlamento. Então, a importância de sabermos diferenciar as coisas. Oposição não significa inimigo, muito pelo contrário. Oposição significa estar oposto a algo e olhar isso sob outro prisma que não seja o do Governo, que muitas vezes todos que governaram e todos que fazem parte de um Governo se sentem mais confortáveis pela situação colocada. Qualquer Governo, seja ele de esquerda, de direita, conservador ou progressista, precisa de crítica, sob o risco de fazer uma gestão que se volta apenas para si, sem ouvir, sem dialogar, sem pensar, e apenas com foco às vezes eleitoral. Por isso, nos últimos anos, a Oposição tem desempenhado aqui nesta Casa um papel importante, em defesa de empresas estatais, a favor da população, e não administrada com foco apenas nos acionistas. Aqui, a Oposição tem defendido de forma irrestrita os servidores e o serviço público, ou melhor, a função que é, a importância e como é a essência do serviço público para fazer o Estado funcionar. O papel fundamental desenvolvido pela Oposição é sempre oferecer um contraponto, Deputado Tercílio, para que seja olhado de outra forma. E, às vezes, como a Oposição se coloca se constrói esse desenho, temos pontos que conseguem enriquecer o debate. Não se trata apenas de ser Oposição, trata-se, sim, na verdade, de amar o Paraná, de defender o Paraná e de pensar como construir um Estado melhor e mais robusto. E hoje, dentro do atual Governo do Estado, os pontos que temos colocado e enfatizado, todos eles pela Oposição, são pontos que a sociedade demanda. Quando falamos da saúde, elencamos alguns informes sobre a saúde, é o clamor das ruas. Quando falamos do pedágio, e de todo seu histórico nocivo que foi e prejudicial ao povo paranaense, foi confirmado nas audiências públicas. Quando falamos do exagero, do peso da mão na cobrança da tarifa da Sanepar, do aumento de 36% na tarifa de água, nos três últimos anos, é o que o povo fala, é o que o povo sente no bolso e na pele. Quando vemos a Copel preferir repartir mais do que o mínimo percentual legal de

lucros para os seus acionistas, é o que o povo pensa em pagar uma energia cara. Não é só o povo, são as empresas, são as indústrias e também outros setores que consomem bastante energia. Portanto, hoje, como Líder da Oposição, que tem aqui vários companheiros e companheiras que acompanham esta Oposição, venho colocar à disposição para fazermos um debate sobre o Estado, sobre os números do Estado, sobre o que vínhamos falando por muito tempo. Não é complacente com a dignidade do povo paranaense renunciarmos 17 bilhões de recursos do Estado do Paraná em detrimento de algumas grandes empresas, sabe se lá quais. Aumentou-se de 11 para 17. Renúncia significa de cara arrancar dinheiro que ia ser investido em política pública para o cidadão lá na ponta para bancar alguns gostos de grã-finos e de gente que participa de uma elite privilegiada. Às vezes, financiamos de forma indireta o jatinho, o iate e outras coisas mais, mas claro que tem setores que precisam dessa renúncia para ser competitivos e gerarem empregos no Paraná, mas aqui hoje não posso afirmar isso porque sequer transparente é a lista dos beneficiários das renúncias fiscais acometidas pelo Paraná nos últimos tempos. Por isso, a Oposição vai colocar aqui, em breve, um Projeto de Lei para pautar os benefícios, as condições dos benefícios fiscais que essas pessoas poderão receber e o quanto elas precisam e necessitam ser transparentes para o bem da sociedade, porque isso levanta muita suspeita, suspeitas desde favorecimentos impróprios ou até alguns benefícios para alguns mais próximos. Não estou afirmando que isso ocorre no Estado, estou colocando que o formato não transparente de hoje faz tudo isso. Dezesete bilhões é muita coisa e poderia melhorar a vida de muita gente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Arilson, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Em um simples exemplo: 17 bilhões repassados para os municípios fariam muita diferença para muita obra em 399 municípios, principalmente nas cidades pequenas. Aliás, o Paraná é composto por várias cidades pequenas. Sou filho de uma cidade pequena, de Ourizona. Hoje,

moro em Apucarana. Estou vendo aqui o Manoel e o Osvaldo que são lá da minha cidade. E sei o quanto poucos reais investidos na cidade mudam a vida. Então, precisa fazer um rearranjo e o Governo precisa fazer uma reanálise do que está sendo feito com o dinheiro do povo paranaense. Dezessete bilhões... São 5 bilhões o orçamento da saúde, ou seja, é três vezes mais o orçamento da saúde. Dezessete bilhões é o aumento do servidor que está lá na barraquinha ali fora esperando muitas vezes. Precisamos refazer as contas, Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Minha saudação, Presidente Tercílio, nosso 1.º Secretário Romanelli, aos Deputados presentes, aos Deputados e Deputadas que acompanham de maneira remota esta Sessão. Senhor Presidente, quero, no uso do horário da Liderança do Governo, trazer aqui e confirmar na verdade a notícia dada pelo nosso Presidente Traiano sobre a flexibilização do uso de máscaras no Estado do Paraná. É claro que este assunto que está à tona, muito discutido, muito debatido, não apenas nesta Casa, mas nas redes sociais, na imprensa e é, sem dúvida nenhuma, um assunto de interesse de toda a coletividade. O Governador, desde segunda-feira, já vinha tratando sobre o tema e o Governo já se decidiu de mandar a esta Casa, como bem disse o nosso Presidente Traiano, ainda se não possível hoje, mas no mais tardar até o dia de amanhã, a Mensagem de Lei flexibilizando a questão do uso de máscaras em ambientes abertos, em ambientes externos. Então, podemos noticiar como oficial essa comunicação do Governo. Chegará a esta Casa, entre hoje e amanhã, a Mensagem do nosso Governador Ratinho Junior flexibilizando o uso de máscaras no Estado do Paraná. Aliás, aproveitar também e mais uma vez enaltecer a condução do Estado do Paraná nessa questão da pandemia pelo nosso Governador, pelo Secretário Beto Preto, sempre com muita coerência, com muita correção, sempre com muita responsabilidade. É evidente que haveria uma necessidade de fazer uma análise, uma avaliação sobre um rebote pós-carnaval. Sabemos que no Carnaval houve excesso de aglomerações. Os índices e os números não apontam esse efeito.

Portanto, acho que chegamos de maneira muito madura, muito responsável, com muita sensibilidade, no momento, sim, de flexibilizar o uso de máscara. Então, quero aqui, do horário da Liderança do Governo, fazer essa comunicação até mesmo para os nossos Deputados. Muitos estão tratando sobre esse tema, estão preocupados sobre esse tema, mas temos essa boa notícia que o Governo encaminhará, no máximo até amanhã, essa Mensagem tratando da flexibilização do uso de máscaras em ambientes abertos, em ambientes externos no Estado do Paraná. E aproveitar que estamos falando de saúde, também enaltecer o grande evento que tivemos na parte da manhã com o nosso Secretário Beto Preto, com diversos Secretários, mas tratando do maior repasse da história do Paraná para os nossos municípios no que diz respeito à saúde pública. São R\$ 250 milhões repassados aos fundos municipais de saúde dos municípios do Estado do Paraná. É de longe o maior repasse financeiro feito de fundo a fundo da história do nosso Estado. E quero com isso, com este momento tão importante que vivemos hoje, tivemos ali mais de 200 Prefeitos de todo nosso Estado presente no evento, centenas de Secretários de Saúde, centenas de Vereadores, um grande evento, de fato um momento muito importante para todos nós, mas não só falar de 250 milhões que são importantes, que vão lá na ponta, vão lá no atendimento direto à nossa população, mas dizer também uma maneira de agradecimento à gestão do nosso Secretário Beto Preto à frente da Secretaria da Saúde do Paraná. Dias atrás fizemos a maior entrega de veículos da história da Secretaria da Saúde, que foram os veículos destinados ao Programa Saúde da Família. Simplesmente centenas e centenas de veículos que já estão rodando pelas ruas dos nossos municípios no interior do Estado do Paraná, atendendo e fazendo, principalmente, a saúde preventiva. Tivemos no Estado do Paraná, nesses últimos anos, a maior ampliação de leitos hospitalares da história do nosso Estado. Só lá no hospital universitário de Cascavel saímos de 19 leitos de UTI para 89 leitos de UTI para atender à nossa população. Isso é uma realidade em todos os cantos do nosso Estado. Tivemos, ali no momento da pandemia, uma ampliação de mais de 5 mil leitos no nosso Estado, sem dúvida nenhuma aumentando muito a estrutura ofertada para tratar e cuidar da saúde da nossa população. Então, podemos dizer,

podemos analisar, de maneira muito positiva, a gestão do nosso Secretário Beto Preto, evidentemente sempre em sintonia com o nosso Governador Ratinho Junior, quando se trata da saúde pública do Estado do Paraná. Em um momento, como bem disse o Governador hoje, como bem disse o nosso Presidente Traiano, em um momento único da história recente da humanidade, que foi esse enfrentamento à Covid. Um momento difícil, de muita dificuldade, um grande desafio e que os números apontam que o Paraná passou e venceu bem esses desafios. O Paraná é um dos estados que mais tem a sua população vacinada. É um Estado que tem a sua gestão pública, no que diz respeito à condução durante os recursos da saúde pública, durante a pandemia, reconhecida. Sabemos que foi inclusive notícia nacional, um comparativo, quando naquele momento da compra dos respiradores, em média os respiradores do Estado do Paraná tinham custado R\$ 65 mil, e um estado da Federação, mais precisamente o Rio de Janeiro, que em média a aquisição dos respiradores, naquele momento, tinha custado R\$ 250 mil, enquanto no Paraná tinha custado R\$ 65 mil. Esse é um pequeno exemplo, mas de grande valia para entendermos o porquê dessa grande dificuldade, desse grande desafio que foi a pandemia, conseguimos fazer tanto e atender tanto os nossos municípios do Estado do Paraná. Então, ficam aqui os nossos cumprimentos ao nosso Governador Ratinho Junior, mas especialmente, ao nosso Secretário de Saúde do Paraná, Secretário Beto Preto, pela condução que teve à frente da nossa Secretaria de Saúde ao longo desses últimos quatro anos. Era isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à **Ordem do Dia**.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar

Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bühner (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) **(52 Parlamentares);**
Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (PSC), e Tadeu Veneri (PT) **(2 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 69/2022**, dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 20437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registros de contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor; **Autuado sob o n.º 70/2022**, do Deputado Bazana, que estabelece diretrizes para a concessão de incentivos a empresas que contratarem detentos do regime semiaberto ou egressos do Sistema Prisional, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 71/2022**, do Deputado Tercílio Turini, que acrescenta dispositivo à Lei n.º 16385, de 25 de janeiro de 2010, que institui o Programa Leite das Crianças; **Autuado sob o n.º 72/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre as diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à

mulher e ao recém-nascido no alojamento conjunto no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 73/2022**, do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a taxa de Licenciamento Anual de Veículos no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três redações finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 345/2018, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título de Utilidade Pública Estadual ao Instituto Avidas – Pesquisa e Inovação em Medicina & Saúde, com sede no município de Curitiba.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 578/2020, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil, a ser comemorado anualmente no dia 12 de janeiro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 207/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que institui o Dia Estadual do Motorista de Aplicativo, a ser celebrado anualmente no dia 26 de março.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a conversão de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas, adquiridas com recursos públicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, protocolada sob o n.º 1/2022**, dos Deputados Alexandre Amaro, Hussein Bakri, Delegado Jacovós,

Tiago Amaral, Soldado Adriano José, Gugu Bueno, Delegado Fernando Martins, e Gilson de Souza.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 614/2021, de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Inclusive nas Artes, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando, Jacovós, Francisco Bühner, Gugu Bueno, Plauto Miró e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Francisco Buhner, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 614/2021.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 6/2021, de autoria dos Deputados Delegado Francischini, Cristina Silvestri, Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Hussein Bakri,

Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros, que denomina Auditório Legislativo Deputado Delegado Rubens Recalcatti o Auditório Legislativo localizado no terceiro andar (Piso 2B) do Prédio do Plenário, que integra o Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada:

[Votaram Sim: *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Francisco Buhner e Tadeu Veneri (7 Deputados).]*
Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 6/2021.**

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 497/2020, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kazuco Akamine, com sede no município de Campina Grande do Sul. Parecer favorável

da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Encaminhamos voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Francisco Buhner, Goura e Tadeu Veneri (7 Deputados).*]
Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 497/2020.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 717/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Alberto Garcia. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição também encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Michele Caputo, Requião Filho e Tadeu Veneri (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 717/2021.**

Peço ao Deputado Romanelli que faça a leitura da Mensagem do Governador que acaba de chegar aqui à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, o Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Junior envia Mensagem n.º 9/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 76/2022**) que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para fixar regras sobre a obrigatoriedade da utilização de máscaras em ambientes fechados e eventos específicos, no âmbito do enfrentamento da pandemia da Covid-19, e dá outras providências. “Nos termos do art. 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submeto à deliberação de V.Ex.^{as} o texto do Projeto de Lei que objetiva flexibilizar a obrigatoriedade e utilização de máscara no âmbito do enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Referida medida se mostra necessária considerando o cenário epidemiológico informado pela Secretaria de Estado da Saúde que aponta para o amplo quadro de vacinação da sociedade paranaense, além do baixo índice de ocupação de leitos hospitalares exclusivos para atendimento à Covid-19. Ainda, com a delegação de poderes propostas, visa-se garantir celeridade e eficiência à gestão administrativa ante a possibilidade da fixação de regras para situações pontuais, com base na análise do quadro epidemiológico atual. Não obstante, cumpre ressaltar que a norma não implicará em qualquer despesa direta ou indireta do Poder Executivo.” Na prática, estamos dando as atribuições atinentes ao Poder Executivo para que possa fazer a flexibilização que a Secretaria Estadual da Saúde julgar possível. Não significa, obviamente, que as máscaras deixarão de ser obrigatórias automaticamente, isso será regulamentado por um decreto do Poder Executivo. Inclusive a utilização da máscara aqui no Plenário da Assembleia Legislativa continua de uso obrigatório, conforme prevê a legislação em vigor. Todos aqui deveremos cumprir a Constituição e as nossas leis. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Devido à necessidade de votarmos isso com a maior brevidade possível, porque já há um apelo, solicito ao Presidente da CCJ que paute na terça-feira esta matéria e, não havendo pedido de vista, pretendo já submeter ao voto na próxima quarta-feira esta mensagem.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 40/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 4/2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto às instituições financeiras nacionais, públicas ou privadas para financiamento parcial da execução da obra de duplicação da PR-317 – trecho Iguaçu a Maringá. Parecer favorável da CCJ. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Requião Filho e Tadeu Veneri (10 Deputados).*]
Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 40/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 374/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte acerca dos contratos de terceirização dos agentes educacionais do Estado. Deputada Mabel Canto, pedido de informações, meu caro Líder do Governo.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Adia-se na forma Regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 365/2022, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Daniel Lobato; **Requerimento n.º 366/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de louvor ao Cabo Giovani de Oliveira Durães; **Requerimento n.º 367/2022**, do Deputado Reichembach, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, propondo a criação de um Programa de Recuperação de Nascentes e Fontes D'água no Paraná, com a participação do IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural, a fim de que possam as nascentes de água localizadas no território estadual serem melhor preservadas, evitando-se períodos maiores de estiagem, tal como muito frequente tem ocorrido; **Requerimento n.º 368/2022**, do Deputado Guto Silva, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Antônio Carlos de Lima; **Requerimento n.º 369/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Segurança Pública com sugestão de encaminhamento de matéria legislativa para apreciação desta Assembleia Legislativa de competência do Poder Executivo, conforme especifica; **Requerimento n.º 372/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado requerendo providências urgentes para a implantação do Programa Vale Ração Pet, objetivando auxiliar instituições que cuidam de animais abandonados e também de famílias de baixa renda que não têm condições de alimentar seus animais de estimação; **Requerimento n.º 376/2022**, do Deputado Guto Silva, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Ricardo Tadeu Kush; **Requerimento n.º 377/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo que não demita o Professor Cristiano Mello Oliveira do Colégio Cívico Militar Alfredo Chaves, no município de Colombo;

Requerimento n.º 378/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Nilson Xavier; **Requerimento n.º 379/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o registro e envio de voto de congratulações e moção de aplausos ao atleta lutador Royce Gracie; **Requerimentos n.ºs 380 a 386, 388 e 389/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: João Marques Barbosa, José Carlos Linder, José Valdecir Strack, Mariano Dubiel, Dirce Pontes Martins, Maria Dilma de Siqueira Leite, Marisa de Lourdes Marques de Lara, Terezinha Aparecida da Silva, e Zilda Correa de Lima; **Requerimento n.º 387/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, a fim de que sejam respeitados os valores dos projetos da alimentação escolar que foram classificados no edital de chamada pública 001/2021-Fundepar.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 370/2022**, do Deputado Ademar Traiano, a indicando Membros Titulares e Suplentes para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição n.º 3/2021; **Requerimento n.º 371/2022**, das Deputadas Maria Victória e Mabel Canto, requerendo a inclusão como coautora do Projeto de Lei n.º 638/2020, de autoria da Deputada Maria Victória; **Requerimento n.º 373/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, comunicando e requerendo as medidas cabíveis visando o registro nesta Casa da sua filiação ao Partido Republicanos; **Requerimento n.º 375/2022**, dos Deputados Homero Marchese, Delegado Fernando Martins e Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautores do Projeto de Lei n.º 580/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 14 de março de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 614/2021 e do Projeto de

Resolução n.º 6/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 497/2020, 717/2021 e 40/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 651/2021, 696/2021 e 22/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h05, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)